

Palavras do Presidente da Assembleia da República
na
Cerimónia de posse do Presidente da República
9 de Março de 2011

Senhor Presidente da República

Senhor Primeiro Ministro, Senhores Ministros

Senhores Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional e dos demais Tribunais Superiores

Antigos Presidentes da República e da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Excelentíssimo Decano e membros do Corpo Diplomático

Autoridades civis e militares

Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, Eminência Reverendíssima

Senhora de Cavaco Silva

Ilustres convidadas e convidados

Senhoras e Senhores

1. Cumprimento todos, em nome da Assembleia da República, e douvos as boas vindas a esta cerimónia solene de investidura do Presidente da República.

Saúdo de forma especial neste dia o candidato eleito – e Presidente reeleito – Aníbal Cavaco Silva, a quem desejo um novo mandato à altura dos desafios nacionais. Foi, à primeira volta, o vencedor indiscutível de uma campanha concorrida – cujos intervenientes também cumprimento – em que nem sempre o contexto que envolveu a polémica deixou sobressair o mérito potencial das ideias e do programa de cada interveniente, com perda para os índices de participação desejável no acto eleitoral.

Reconfirmado na magistratura de um segundo mandato, é agora V. Exa., de novo, Presidente de todos os portugueses. A magnanimidade da mensagem presidencial será, assim, estou certo, corolário de abrangência e conciliação, traço que completará a década presidencial, e a que se soma já a década governativa, e que fazem de Aníbal Cavaco Silva um político que se torna, pela duração sufragada dos seus mandatos, figura marcante da nossa vida política contemporânea.

2. Os cumprimentos de felicitações e os votos de bom desempenho para o quinquénio são feitos, no plano institucional, em nome da Assembleia da República, Órgão de Soberania plural na sua forma de representar todo o povo português, e que, na diversidade das suas opções, mesmo em relação ao último sufrágio, está consciente da importância de um bom relacionamento entre Órgãos de Soberania.

Sede por excelência do poder legislativo, da acção de fiscalização do Executivo e da Administração, câmara de debate político e de formulação de alternativas, a Assembleia da República continuará a manter com o Presidente da República uma cooperação institucional sem reservas, correcta e modelar, consciente de que de tal atitude advirão vantagens – e não prejuízos – para o país. Melhorar a qualidade da legislação, dos seus fundamentos preambulares ou da razão de eventuais vetos, bem como da doutrina jurídica e da jurisprudência em geral é algo que, mais do que nunca, deve unir os Órgãos de Soberania na sua convergência essencial e na sua opção por uma clara via de mudança e de reforma, sendo que, neste particular, parar será morrer.

Ao atrair sobre si a centralidade do debate político relevante, consciente dos riscos em que também incorre, a Assembleia da República (e quantos a integram) contribui para o reforço das instituições democráticas, para a abertura da vida política, para a integração racionalizada das múltiplas perspectivas que se colocam ao país, para uma mediação dos descontentamentos, às vezes sem expressão formal, para uma atenuação de arbítrios, em suma, para uma perspectiva de melhores e mais ajustadas soluções. Conta, assim, o Presidente da República com um Parlamento de liberdade e de responsabilidade para o novo mandato presidencial em que hoje é solenemente investido.

3. As nossas palavras e esta cerimónia decorrem em momentos difíceis para Portugal, a Europa e o Mundo.

Num contexto internacional de maior crescimento para as economias emergentes, recuperadas do efeito da crise financeira, persistem dramáticos problemas de desequilíbrio e de insegurança e a ordem mundial a que todos aspirávamos com o fim da guerra fria está longe de ter sido consolidada de forma aceitável, secundarizando mesmo o papel das relevantes organizações internacionais que não foram capazes de empreender as necessárias adaptações.

A União Europeia, enredada em difíceis equilíbrios internos e a braços com ajustamentos monetários e financeiros sem precedentes, e com um crescimento económico escasso, vê o seu papel à escala global ser igualmente secundarizado por falta de perspectivas e ambição, limitando-se, em alguns casos, à emissão de meros comunicados sem transcrição relevante em parte alguma.

Órgãos e estruturas planeadas com enorme intenção acabam por revelar-se pouco incisivos para actuar numa cena internacional movediça, a cujas debilidades de estrutura não dão tréguas a protagonistas portadores de aguerridas ambições estratégicas à margem ou em colisão com o projecto europeu.

Uma união monetária sem base orçamental significativa, sem verdadeiro banco central, sem política fiscal articulada e coerente, sem mecanismo permanente ou sequer de emergência para intervenção em crises financeiras, e que, ainda por cima, não desenvolveu, como devia, a supervisão bancária e a regulação financeira, é uma união monetária fraca que deixa à deriva o mercado único e a própria moeda única, como o revela a inexplicável lentidão com que os órgãos da União Europeia têm vindo a adoptar as medidas que há muito a situação exigia. Uma união monetária frágil é o corolário de quem nunca realmente quis, e continua a não querer, uma verdadeira união económica nem uma verdadeira união política.

Não admira, por isso, que uma economia estagnada e exposta, como a portuguesa, veja acrescidos os riscos de um modelo de integração que não pode controlar por completo e a que crescem, como factores de vulnerabilidade, o peso excessivo do endividamento, acima das nossas possibilidades, seja da dívida pública, seja da dívida das empresas financeiras e não financeiras, seja da dívida das famílias, colocando-nos num patamar de risco, que é absolutamente imperioso controlar e reduzir para não ver hipotecado todo o crescimento futuro e o sentido de medidas modernizadoras já tomadas e a tomar.

Nada deve fazer enjeitar as nossas responsabilidades, e só com um honesto trabalho de casa ganharemos a credibilidade necessária na esfera financeira, mas não deixa de ser motivo de reflexão como as dificuldades da situação portuguesa são exploradas em termos de condições de financiamento por aqueles que agora vêem nelas oportunidade fácil para recuperar das perdas que tiveram com a crise que criaram e com os negócios ruinosos em que se envolveram.

Só esforços convergentes muito decisivos no Parlamento e entre o Parlamento, o Governo e o Presidente da República, bem como entre as autoridades nacionais e os responsáveis pelos destinos da União Europeia, poderão gerar adequadas plataformas de solução para a magnitude dos problemas que temos diante de nós. E só uma pedagogia baseada em rigor e verdade será capaz de justificar, junto da opinião pública e das correntes sociais, o preço de sacrifícios pedidos para viabilizar ganhos futuros, sobretudo quando os sacrifícios são imediatos e os benefícios se afiguram longínquos.

4. O contexto e o desafio do mandato presidencial coincidem assim com preocupações e expectativas dos portugueses a que nem sempre será possível responder com resultados na hora e que exigirão, da parte de V. Exa., Senhor Presidente da República, apuradíssimo sentido de responsabilidade perante o país inteiro e vasto sentido de arbitragem, concertação e impulso orientador, em consonância com o núcleo essencial das propostas programáticas, apresentadas como de magistratura activa, e também com o acrescido grau de autonomia que caracteriza sempre um

Presidente, em segundo mandato, agora menos preocupado com os ditames de uma reeleição e mais atento a um lugar no destino histórico.

Vértice do sistema político da Constituição de 76, Comandante Supremo das Forças Armadas, símbolo da representação externa de Portugal, o Presidente da República é o detentor por excelência, no nosso sistema político, de uma magistratura arbitral, em si mesma não residual, mas antes propulsora de grandes orientações que respaldem escolhas legislativas e soluções governativas adequadas a resolver os problemas nacionais. Não se substitui ao Governo nem à Oposição, porque se situa claramente acima de ambos. Essa influência torna-se tanto mais necessária quanto o grau de dificuldades exige profunda coesão para que possam ser alcançados com largo apoio os resultados indispensáveis.

Naturalmente preocupado com fracos índices de desempenho na área do crescimento económico e do emprego – a atingir rudemente os jovens – e ainda com continuadas e por vezes dramáticas situações de desigualdade e de exclusão social, o país aguarda uma sábia concertação estratégica entre poderes e responsáveis públicos, respeitadora das respectivas competências, mas convergente no essencial, para que as reformas possam ser concebidas com ampla visão e sólida competência e empreendidas com a seriedade, a persistência e a clareza de rumo que o momento impõe e que não é avisado nem justo adiar.

5. Romper a indiferença política, ou mesmo o cepticismo pontual que acompanha as épocas de crise, exige redobrada autoridade das

instituições e partilha equitativa de sacrifícios pela sociedade. Mais do que diagnósticos ou lamentos, reclama acção coerente e

metódica, alicerçada sempre na procura negociada de consensos e na obtenção do necessário apoio para as medidas inadiáveis.

A hora presente não dispensa ninguém de fazer acompanhar o inventário das dificuldades com respostas exequíveis e de balancear os desígnios das alternativas, que naturalmente se posicionam no tempo, com o bom senso de viabilizar medidas de alcance prático imprescindíveis para o dia a dia e o imediato.

O sentido de responsabilidade perante o país não isenta ninguém de um contributo próprio para o reforço da credibilidade das instituições e das medidas a adoptar no seu âmbito, seja na Presidência da República, no Parlamento, no Executivo ou no Poder Judicial. Todos não somos demais para as tarefas que temos pela frente. Só com união de esforços alcançaremos um resultado.

Sabemos, na Assembleia da República, que contaremos, no novo mandato, com um Presidente da República atento a este desígnio nacional.

Saiba o Presidente da República que também pode contar, para esse efeito, com uma Assembleia da República que, na pluralidade dos seus posicionamentos, vai sempre saber colocar acima de tudo o mais, o desejo institucional de uma cooperação tranquila e proveitosa com V. Exa. e um redobrado sentido de exigência para com os compromissos que cada um dos seus membros assume e representa na vida nacional.

Ao investir o Presidente da República eleito Aníbal Cavaco Silva para um novo mandato de cinco anos fazemo-lo com a clara consciência de que todos os nossos concidadãos esperam das suas

instituições e dos seus titulares – sem excepção – muito trabalho ao serviço de dias melhores para Portugal.